

**EDITAL Nº 04/2021**  
**CRENCIAMENTO PARA CESSÃO DE USO DE SALAS**  
**DO EDIFÍCIO RÁDIO RIO MAR 2021**

O Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 215 da Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 205 da Constituição do Estado do Amazonas, Lei Delegada nº 122, de 15 de outubro de 2019, atendendo o artigo 17 da Resolução nº 12/2012 – TCE/AM e nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, torna público para conhecimento dos interessados, o presente **EDITAL DE CRENCIAMENTO PÚBLICO DE CESSÃO DE USO DE SALAS DO EDIFÍCIO RÁDIO RIO MAR** para realização de atividades administrativas e de apoio a ações culturais e artísticas para o ano de 2021.

Este Edital está de acordo com as finalidades da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em observância à Lei Delegada nº 123, de 31 de outubro de 2019, no que diz respeito à formação artística e profissional, à valorização da identidade amazonense, ao desenvolvimento da economia criativa, ao incentivo, valorização e difusão das manifestações culturais e artísticas do Estado do Amazonas.

## **I. DO OBJETO**

1. Constitui objeto do presente Edital estabelecer regras gerais e específicas no âmbito da seleção entidades artísticas e/ou culturais que tenham propostas que visem a ocupação das salas localizadas no 3º andar do Edifício Rádio Rio Mar, pelo período de 04 (quatro) meses, para realização de atividades administrativas e de apoio a ações culturais e artísticas, podendo ser prorrogado, caso haja aditivo de prazo no Contrato nº 20/2020-SEC, firmado entre esta Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e a Rádio Rio Mar Ltda, pelo período da prorrogação.

2. O **EDIFÍCIO RÁDIO RIO MAR** tem uma localização privilegiada, próximo a diversas unidades culturais coordenadas pela Secretaria de Cultura que pode facilitar o acesso dos artistas as suas respectivas associações de classe, além de atender a ideia de movimentar a área ao redor do Teatro Amazonas em um espaço destinado a fazer artístico e cultural.

## **II. DAS DEFINIÇÕES**

1. Para os efeitos deste Edital ficam estabelecidas as seguintes definições:

**a. Entidades Artísticas e Culturais:** Sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituída como pessoa jurídica com sede no Estado do Amazonas que comprove realizar atividades Artísticas e Culturais e tenha como objetivo em seu Estatuto a área cultural.

**b. Cessão de Uso:** É o instrumento de regularização de ocupação de bem público, cabível na hipótese de cooperação, para atendimento de interesse comuns com entidades privadas sem fins lucrativos, visando a utilização de sala para realização de atividades administrativas e de apoio a ações culturais.

### III. DA UNIDADE

1. O espaço, objeto da cessão de uso que trata este Edital são: 12 (doze) salas no **EDIFÍCIO RÁDIO RIO MAR**, localizado na Rua José Clemente, nº 500, Centro, Salas do 3º Andar – Manaus/AM.

### IV. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO

**1. É TERMINANTEMENTE PROIBIDA** a apresentação de propostas que:

- a) Gozem de má reputação e falta de integridade, atentem contra a ordem pública ou prejudiquem a imagem do Estado;
- b) Infrinjam o Código de Defesa do Consumidor ou qualquer outra Lei ou Norma Jurídica vigente;
- c) Causem, ou possam vir a causar, impacto negativo à saúde ou ao meio ambiente;
- d) Façam apologia ao uso de bebidas alcoólicas, cigarro ou outras drogas;
- e) Sejam ligados a jogos de azar ou especulativos, salvo se regulamentados em legislação específica;
- f) Cujos Proponentes organizadores e/ou promotores não desfrutem de bom conceito junto à comunidade, estejam com restrição cadastral, impedidos de operar ou em litígio com o Estado;
- g) Explorem trabalho infantil, degradante ou escravo;
- h) Violam direitos de terceiros, incluídos os de propriedade intelectual;
- i) Evidenciem discriminação de raça, credo, orientação sexual ou preconceito de qualquer natureza;
- j) Façam uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- k) Causem deterioração de prédios, edificações, obras, restauros e de acervos;
- l) Causem, ou possam causar, maus tratos a animais;

2. É proibida, ainda a apresentação de proposta por parte de proponente que tenha como dirigentes:

- **SERVIDORES**, colaboradores, estagiários da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas e da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural;
- **CANDIDATO** que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dos DIRIGENTES da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas e da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural;

3. Os Proponentes se responsabilizarão pela mudança dos seus móveis e equipamentos, no início e no final do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, ou de acordo com o estabelecido pela Secretaria no contrato, obedecendo as regras e horário de funcionamento do Edifício Rádio Rio Mar.
4. O não cumprimento às regras estabelecidas nas normas do Edifício Rádio Rio Mar acarretará em advertência e posterior cobrança de multa por esta Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, devendo esta ser paga de acordo com o estabelecido no TERMO DE CESSÃO DE USO.
5. São de responsabilidade dos Proponentes selecionados todos os alvarás e permissões legais (bombeiros, etc...) e cumprimento de toda legislação municipal, estadual e federal pertinente para o funcionamento da sala.
6. Também são de responsabilidade dos Proponentes a limpeza da sala e sua manutenção.

## **V. DA INSCRIÇÃO**

1. A inscrição do Proponente no presente credenciamento é gratuita e implicará na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
2. O encaminhamento do projeto se dará **APENAS** por meio de inscrições **NO PROTOCOLO** da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em dias úteis no horário de funcionamento do órgão, qual seja das 8:00h às 17:00h.
3. A inscrição para concorrer a este Edital deverá ser efetuada no período estabelecido no item **XI. DOS PRAZOS.**
4. **O Proponente que já esteja ocupando uma das salas objeto deste Edital poderá participar do certame, desde que não tenha pendências/débitos com o termo pactuado com esta Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.**
5. A não apresentação de qualquer documento exigido neste Edital, o descumprimento do prazo de inscrição ou qualquer irregularidade constatada nos documentos entregues implica no indeferimento da inscrição da Entidade, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, quando for o caso.
6. Não serão aceitas inscrições com rasuras, emendas e que não cumpram as exigências contidas neste Edital.

7. Não serão admitidas modificações, inclusões e/ou substituições de qualquer documento proposta depois de sua inscrição, salvo deliberação devidamente fundamentada pela comissão do certame.
8. O Governo do Estado/Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa não se responsabilizará por encaminhamento de inscrições que deixarem de ser concretizados por congestionamento ou falhas de comunicação, ou ainda outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, tampouco por falhas decorrentes do equipamento do candidato.
9. O proponente cujo pedido de inscrição se tenha valido de declarações e/ou documentos falsos ou inverídicos, ainda que tal tenha sido selecionado posteriormente, será automaticamente eliminado, bem como sofrerá as sanções penais e cíveis cabíveis.

**10.**

## **VI. DOS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO**

1. A Proposta de solicitação de Cessão de Uso de Salas do Edifício Rádio Rio Mar deverá vir acompanhada dos seguintes documentos e será recebida no setor de **PROTOCOLO** desta SEC:
  - a) Ficha de inscrição (anexo I) pelo representante legal, acompanhada de toda a documentação exigida neste Edital.
  - b) Curriculum da Associação/ Entidade Artística e/ou Cultural.
  - c) Cópia legível da cédula de identidade do representante legal da Sociedade Civil;
  - d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal da Organização da Sociedade Civil;
  - e) Comprovante de residência em nome do representante legal da Organização da Sociedade Civil que date de até 03 (três) meses antes da apresentação do mesmo. Caso o representante não tenha comprovante de residência em seu nome, deverá apresentar declaração do responsável pela residência informando que o representante legal da Organização da Sociedade Civil reside no local;
  - f) Certidão de existência jurídica expedida pelo Cartório de Registro Civil;
  - g) Cópia do Estatuto / Contrato Social registrados e de eventuais alterações, também registradas;
  - h) Cópia da Ata de eleição do quadro dirigente atual devidamente registrada em cartório;
  - i) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade, número de registro no Cadastro de Pessoa Física da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e telefone de cada um deles;
  - j) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, com no mínimo, 02 (dois) anos de existência;
  - k) Certidão Negativa da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ válida e validada;
  - l) Certidão Negativa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços – FGTS válida e validada;
  - m) Certidão de Débitos Relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União válida e validada;
  - n) Certidão de Débitos Trabalhistas, emitidas no site do Tribunal Superior do Trabalho – TST válida e validada;

- o) Certidão Negativa da Secretaria Municipal de Finanças - SEMEF válida e validada;
  - p) Certidão emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, com data de expedição inferior a 30 (trinta) dias, sobre a situação de adimplência ou não da Organização da Sociedade Civil;
  - q) Certidão emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, com data de expedição inferior a 30 (trinta) dias, sobre a situação de adimplência ou não do representante da Organização da Sociedade Civil;
  - r) Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas Brasileiras de Contabilidade, compreendendo os seguintes documentos, que deverão constar com título e assinatura do contador responsável pela OSC, bem como registro na JUCEA:
    - a. Balanço Patrimonial;
    - b. Demonstração do Resultado do Exercício;
    - c. Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração de Sobras e Perdas, para, respectivamente, Organizações da Sociedade Civil e Cooperativas;
    - d. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
    - e. Notas explicativas;
- 2- O Proponente poderá encaminhar qualquer outro material que considerar relevante para a análise da proposta.

## VII. DO USO PÚBLICO E CONTRAPARTIDAS

1. As Entidades credenciadas obterão a cessão de uso de uso das salas sem ônus, ficando isentas, inclusive, dos pagamentos de água, luz e IPTU.
2. A Cessão de Uso de unidade cultural sem ônus está condicionada obrigatoriamente à divulgação do apoio com o texto "Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa" acompanhado ou não de símbolos, sem personificação de autoridades, constando em todo material visual e auditivo relacionado às atividades artísticas e culturais a serem realizadas pela associação ou entidade após a assinatura do **Termo de Cessão de Uso**.
3. A divulgação do apoio cultural através de símbolos deverá ser conforme o estabelecido em contrato e obedecidas as normas e padrões de aplicação das logomarcas do Governo do Amazonas e da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.

## VIII. DAS COMISSÕES

1. A Comissão de Habilitação e de Seleção será composta por 03 (três) membros da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, designados pelo Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa, por meio de Portaria a ser publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

## **IX. DA ANÁLISE DA PROPOSTA**

**1.** A análise da proposta será realizada pela Comissão De Habilitação E Seleção e ocorrerá em duas fases internas, sendo elas Habilitação e Seleção.

### **2. HABILITAÇÃO E SELEÇÃO**

**2.1. A Habilitação** compreende: triagem, de caráter eliminatório, com o objetivo de verificar se o Proponente cumpre as exigências previstas para inscrição neste Edital.

**2.2. A Seleção**, de caráter classificatório, será realizada por 02 (dois) membros da Comissão de Habilitação e Seleção, e sua nota será o somatório das notas destes membros conforme os seguintes critérios:

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>PONTOS</b>
a) Proposta com objetivo de apoio a atividade artística e cultural	00 a 05
b) Adequação ao espaço físico pretendido a atividade a ser executada	00 a 05
c) Detalhamento mínimo da quantidade de móveis e equipamentos a serem utilizados na sala.	00 a 05
d) Detalhamento claro e coerente da solicitação e da ficha de inscrição	00 a 05

**2.3.** O Presidente da Comissão de Habilitação e Seleção não terá direito a voto, cabendo a ele coordenar os trabalhos, agendar e presidir as reuniões.

**2.4. A Pontuação Máxima será de 40 (quarenta) PONTOS, somados os pontos dos dois membros votantes da Comissão de Habilitação e Seleção.**

**2.5. A Pontuação Mínima para Classificação será de 25 (vinte e cinco) PONTOS, somados os pontos dos dois membros da Comissão de seleção.**

**2.6.** Em caso de **Empate**, a Comissão de Seleção irá usar os seguintes Critérios de Desempate:

- Maior nota no critério a) Proposta com o objetivo de apoio a atividade artística e cultural;
- Maior nota no Critério b) Adequação ao espaço físico pretendido a atividade a ser executada. Proposta com objetivo de apoio a atividade artística e cultural.

**2.7.** O resultado preliminar das **PROPOSTAS HABILITADAS E CLASSIFICADAS** será divulgado no site [www.cultura.am.gov.br](http://www.cultura.am.gov.br).

**2.8. Os RECURSOS** poderão ser protocolados na Sede da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa em um **prazo de 03 (três) dias a contar da publicação** do RESULTADO PRELIMINAR no site da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, no horário de funcionamento desta, qual seja 08h às 17h.

**2.9.** A Comissão de Habilitação e Seleção fará o julgamento dos recursos.

**2.10.** É total responsabilidade do Proponente o acompanhamento de todas as fases do Edital, inclusive do resultado dos recursos impetrados.

**2.11.** O **RESULTADO FINAL**, após o julgamento dos recursos, **se houverem**, será homologado pelo Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa e publicado no site [www.cultura.am.gov.br](http://www.cultura.am.gov.br).

## **X. DOS DOCUMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CESSÃO DE USO**

**1.** Os selecionados no **RESULTADO FINAL** do presente Edital, após recursos, deverão se dirigir a **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**, situada na Av. Sete de Setembro, nº 1546, Anexo ao Palácio Rio Negro, CEP – 69.005-141/Manaus – Amazonas, no prazo estabelecido no CAPÍTULO XI – DOS PRAZOS, para celebrar o Termo de Cessão de Uso, munidos dos seguintes documentos:

- a) Cópia do resultado publicado no diário Oficial do Estado e do site [www.cultura.am.gov.br](http://www.cultura.am.gov.br).
- b) Atualização das certidões abaixo, caso as apresentadas anteriormente estejam vencidas;
  - a) Certidão Negativa da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ válida e validada;
  - b) Certidão Negativa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços – FGTS válida e validada;
  - c) Certidão de Débitos Relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União válida e validada;
  - d) Certidão de Débitos Trabalhistas, emitidas no site do Tribunal Superior do Trabalho – TST válida e validada;
  - e) Certidão Negativa da Secretaria Municipal de Finanças - SEMEF válida e validada;
  - f) Certidão emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, com data de expedição inferior a 30 (trinta) dias, sobre a a situação de adimplência ou não da Organização da Sociedade Civil;
  - g) Certidão emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, com data de expedição inferior a 30 (trinta) dias, sobre a a situação de adimplência ou não do representante legal da Organização da Sociedade Civil;

2. Serão desclassificados os projetos cujos proponentes estejam inadimplentes com o Governo do Estado do Amazonas, inclusive no sistema AFI/SEFAZ.

3. Ocorrendo desistência por parte de credenciado, em razão de descumprimento das obrigações estabelecidas neste edital, inclusive o descumprimento do prazo de entrega da documentação, será chamado o próximo proponente, observada a ordem de classificação no caderno de reserva.

## **XI. DOS PRAZOS**

Os processos de inscrição e seleção do presente Edital serão realizados em LOTE ÚNICO, conforme calendário abaixo:

<b>CALENDARIO</b>	
<b>AÇÃO</b>	<b>DATA</b>
Período de inscrição para apresentação das propostas.	06/07/2021 até 05/08/2021.
Análise das propostas.	06/08/2021 a 10/08/2021.
Resultado preliminar	Até dia 12/08/2021.
Prazo para apresentação de recursos.	Até às 17h do dia 15/08/2021 (03 dias, por analogia ao art. 15 do Decreto nº 21.178/2002, do Estado do Amazonas).
Resultado Final.	19/08/2021.
DATA para os classificados se apresentarem para celebração.	19/08/2021 até 23/08/2021.

## **XII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. O presente Edital poderá ser anulado, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito de indenização ou a reclamação de qualquer natureza.
2. A inscrição neste Edital Público implicará na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
3. O proponente garante que as informações fornecidas segundo este regulamento possuem total veracidade, assumindo inteira responsabilidade pelas mesmas. Fica claro e ajustado que, na hipótese de a SEC detectar a falsidade de qualquer das declarações dadas pelo proponente, bem como a possibilidade de plágio, o mesmo poderá ser desclassificado do processo de seleção a qualquer tempo, sendo declarados nulos de pleno direito a

- Seleção/Classificação e todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções em apreciação administrativa e/ou judicial.
- 4.** Os interessados arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração das propostas, não cabendo qualquer pedido de indenização ou de reembolso por eventuais despesas decorrentes da formulação ou apresentação destas.
  - 5.** Os Proponentes das propostas aprovadas se comprometerão, no ato da assinatura do contrato, a zelar pelo espaço cedido e cumprir normas contratuais e regulamentos, sempre observando as especificidades e a finalidade da sala cedida e não poderão realizar, sem consentimento da CEDENTE, qualquer transformação na sala cedida, compreendendo dependências internas e externas, respondendo pelas penalidades impostas pelo Poder Público e Normas do Prédio.
  - 6.** É proibido o uso de material inflamável nas salas cedidas.
  - 7.** Os casos omissos serão resolvidos pelo próprio Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa.
  - 8.** Os pedidos de cessão de uso, confirmados e ajustados, só poderão ser objeto de até (02) duas mudanças de sala solicitadas por uma das partes, justificada previamente e de acordo com a disponibilidade. Tal alteração será realizada no Termo por meio de Apostilamento.
  - 9.** A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa reserva-se o direito de transferir e cancelar as cessões de uso, considerando-se o elevado interesse público, fatos da natureza, situações físicas e técnicas supervenientes.
  - 10.** A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa reserva-se o direito de cancelar a cessão de uma das salas cedidas quando houver modificações na proposta apresentada e selecionada.
  - 11.** A inscrição implicará na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
  - 12.** A falsidade documental, ainda que constatada posteriormente à realização do certame, implicará na eliminação sumária do proponente, sendo declarados nulos de pleno direito a Seleção/Classificação e todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções em apreciação administrativa e/ou judicial.
  - 13.** Pela adesão ao presente edital, o proponente inscrito que venha a ser selecionado autoriza o Estado do Amazonas a utilizar as imagens de seus resultados em mídia impressa, internet, mídias digitais, eletrônicas e audiovisuais, sem ônus e por tempo indeterminado.
  - 14.** Eventuais esclarecimentos e orientações referentes ao presente Edital serão prestados pelo telefone (92) 99158-2802, e-mail: [central@cultura.am.gov.br](mailto:central@cultura.am.gov.br).
  - 15.** Os casos omissos serão resolvidos, em última instância, pelo Secretário de Cultura e Economia Criativa, após oitiva da Comissão de Habilitação e Seleção.
  - 16.** Aplica-se a esta chamada, incluindo, mas sem limitar a sua divulgação, a legislação brasileira e fica eleito o foro central da capital do estado do Amazonas para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta.

### **XIII. DOS ANEXOS DO EDITAL**

São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – FICHA DE INSCRIÇÃO A SER PREENCHIDA.

Anexo II – MINUTA DE TERMO DE CESSÃO DE USO.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Manaus, 06 de julho de 2021.

**MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAÚJO**  
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa